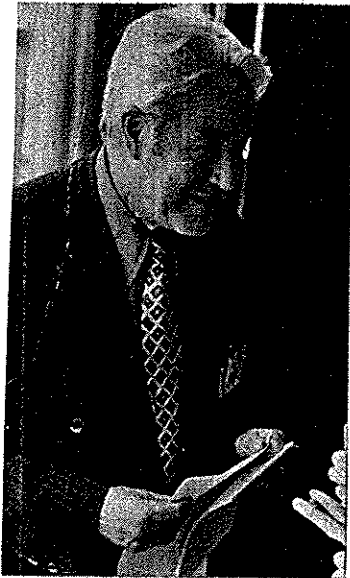


CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte VEJA Class.: COIR. 0026
 Data 16/08/72 Pg.: 27



Orbe: um apostolado



Cavalcanti: um marco histórico no Continente

FOTOS DE LUIS HUMBERTO

O índio e a sua política

Quando o delegado peruano afirmou que o não-desenvolvimento dos índios devia-se à opressão exercida pelas oligarquias, o general Jerônimo Bandeira de Melo, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), ergueu a voz e, visivelmente irritado, informou aos congressistas que não havia oligarquias no Brasil. Foi aí que, sem nenhuma cerimônia, a loira delegada mexicana, uma senhora cujo lema de vida deve ser "se hay gobierno, soy contra", interrompeu o general para declarar que o problema do índio era o colonialismo interno vigente em quase toda a América Latina.

Surpreendentemente, foi esse o único momento de discussão que se poderia chamar acalorado durante os longos debates do VII Congresso Indigenista Interamericano realizado na semana passada em Brasília. O destino dos índios, especialmente dos índios brasileiros, tem sido nos últimos tempos objeto de preocupações para antropólogos, sociólogos ou simples "humanistas" do mundo inteiro. As notícias, evidentemente mentirosas, de que milhares deles estariam sendo dizimados nas florestas e chapadões do Brasil central, têm angustiando muitos abnegados e alvíssimos "scholars" da Escandinávia. Duas semanas atrás, o advogado Ralph Nader, uma espécie de cruzado profissional em defesa da saúde física e mental dos americanos do norte — ficou conhecido por suas campanhas contra a poluição automobilística e pela volta do "orgânico" nos hábitos alimentares — saía também em defesa dos índios do Brasil.

Assim, apesar de o disco "o problema

dos índios" já estar meio gasto, esperava-se que os salões do Itamaraty, local do congresso, servissem como apurada caixa acústica onde o assunto pudesse ser examinado sem distorções de volume ou chiados. O encontro, entretanto, não chegou a ser "um marco histórico na política indigenista continental", como queria o ministro do Interior José Costa Cavalcanti, chefe da representação brasileira. As dezessete delegações de países participantes, mais os observadores de organismos internacionais, como a Unesco, entoaram um repetitivo cantochão de velhos temas, como a integração sem violências contra as instituições tribais, a participação dos índios na elaboração de planos que venham a beneficiá-los, o direito à terra, etc... E o único momento vibrante — a discussão sobre se a culpa é das oligarquias ou do colonialismo interno —, embora entusiasmasse alguns congressistas, deve ter soado aos ouvidos de um sertanista experimentado como a inclusão de uma peça dodecafônica num recital de cavaquinho.

Sioux de terno e gravata — Os índios não são, de fato, gente fácil de ser analisada. Portanto, também é difícil equacionar os seus problemas. Na história do Brasil, as relações índio x branco vão desde a cordialidade, mencionada por historiadores que citam o exemplo de Fernão Dias Pais servindo como respeitador mediador entre duas tribos em guerra, a outros, que falam dos aimorés, vulgarmente chamados botocudos, como obstáculos tão intransponíveis à penetração do colonizador quanto a serra

do Mar, os alagados litorâneos e a própria floresta.

Nos últimos quatrocentos anos, vitimados por guerras tribais que Fernão Dias não conseguiu evitar, ou pelos arcabuzes dos novos donos da terra — ou pela fome, pela doença e pelo cativeiro —, os índios se reduziram do suposto 1 milhão para supostos 180 000 (as estatísticas do século XX continuam quase tão imprecisas como as do século XVI). Apesar de poucos, os índios do Brasil parecem ser, ainda, bastante enigmáticos, até mesmo para outros índios.

Daniel Colompil Quilaneo, engenheiro agrônomo, diretor dos assuntos indígenas do Chile, e índio puro, saiu do Congresso de Brasília perguntando por que os índios brasileiros não se organizavam para lutar pelos seus direitos. Não é, evidentemente, uma pergunta digna de um técnico, apesar de Quilaneo reclamar a falta de técnicos no encontro de Brasília. Entre as suas interrogações de índio e pretense técnico, Quilaneo lançou, porém, uma bem mais razoável: a ausência absoluta de índios na delegação brasileira, enquanto a Funai afirma que mais de 15 000 índios brasileiros foram "escolarizados". Uma crítica que poderia se estender a quase todos os países participantes. Apenas quatro — Estados Unidos, Canadá, Equador e Chile — tinham índios em suas delegações. E o delegado americano, que ora se apresentava com um cocar de penas, ora com trajes "civilizados", parecia simbolizar a indecisão dos próprios índios no que diz respeito à sua aculturação.

O Brasil absolvido — As conclusões do congresso, ou pelo menos algumas delas, também pecaram pela indefinição. Na abertura dos trabalhos — logo após a eloquente declaração do chanceler Mário Gibson Barboza, afirmando que o Brasil está cansado de ser vítima de infâmias —, a delegação brasileira ouviu decepcionada a enumeração, pelo diretor do Instituto Indigenista Interamericano, o equatoriano Gonzalo Rubio Orbe, dos países que mais e melhor protegem seus índios. O Brasil não estava na lista. No dia do encerramento, sexta-feira passada, um suspiro de alívio. O Brasil estava na lista.

Segundo um dos assessores da delegação brasileira, a omissão constrangedora devia-se ao pouco conhecimento que se tinha no exterior do trabalho feito pela Funai. De qualquer maneira, os organizadores do congresso tomaram o cuidado de não divulgar para a imprensa a primeira lista. Mas todos os jornais puderam publicar a declaração assinada por Rubio Orbe, anexada em parágrafo especial ao primeiro documento: "Devo reconhecer os esforços feitos pela Funai frente ao problema indígena do país". Esforços que a certa altura

ele definiu como uma verdadeira obra de apostolado.

O Brasil foi, assim, absolvido de pecados que talvez nem tenha cometido, ou que seriam praticamente impossíveis de serem evitados. A realidade do índio brasileiro é, sem dúvida, muito diferente da do seu irmão de raça da maioria dos países da América Latina. Assim, a louvável intenção de Rubio Orbe, divulgando entre os congressistas novas soluções para o problema indígena que estão sendo aplicadas no continente, parece ser totalmente inócua no caso brasileiro. Seria muito difícil para o Brasil imitar o exemplo da Bolívia, onde existe um movimento visando à criação de um Partido Índio Boliviano. Ou seria inútil incentivar a troca do termo "índio" pelo termo "camponês", como vêm fazendo alguns países onde os índios ou mestiços somam às vezes 80% da população.

Indigenismo sem índios — Não parecia ser esse o tipo de informação capaz de entusiasmar os congressistas brasileiros. Ouvinte humilde, apesar dos seus 37 anos de contato com os índios, o



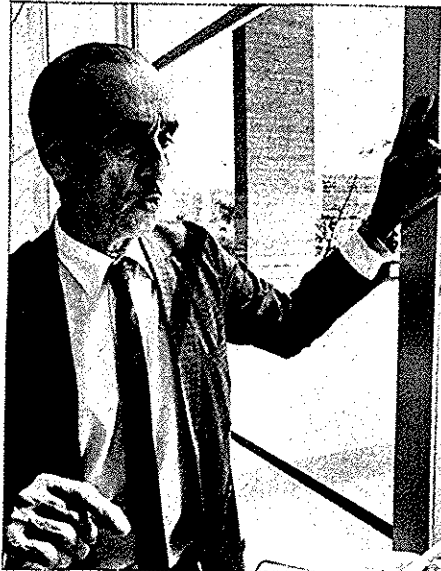
FOTOS LUIS HUMBERTO

Bandeira de Melo: sabe muita coisa

sertanista Chico Meirelles esteve no Itamaraty "para aprender". Mas já nos primeiros dias demonstrava insatisfação. Admitia que o congresso serviu como nova oportunidade de mostrar que não há nem houve massacres ou genocídio de índios no Brasil. Mas deixou poucos ensinamentos: "Na condição de funcionário da Funai, eu gostaria que o problema do índio fosse melhor abordado. Até hoje o índio vem sendo objeto de promoção da nossa civilização. Objetivamente, nada se fez por ele. Eu reconheço os esforços da Funai, mas a verdade é que estamos no começo".

Como funcionário da Funai, no entanto, Chico Meirelles não teve oportunidade de reiterar ou modificar essa impressão no final do congresso simplesmente porque todos os funcionários da fundação foram proibidos, a partir de quarta-feira, de falar a jornalistas. Inclusive foi obrigado a interromper na metade uma entrevista a um enviado especial do "Washington Post", o que deve ter deixado perplexo o jornalista americano.

Durante o congresso, o ministro Costa Cavalcanti chegou a fazer algumas visitas ao Itamaraty, preferindo, porém, não discutir os problemas específicos dos índios. Limitou-se, na sessão de encerramento, a um discurso solene, onde salientou algumas das recomendações que considerou mais importantes, mas que não foram suficientes para marcar novas fronteiras no ainda impreciso mapa da política indigenista. As frases finais do ministro foram pronunciadas debaixo de palmas entusiasmadas, as únicas ouvidas em todo o transcorrer do congresso: "Nós juntos lutamos por uma vida melhor, lutamos pelo indígena. O nosso Brasil, seguindo Rondon, hoje como ontem e amanhã como sempre, tudo fará em benefício do mais antigo brasileiro, o índio do Brasil".



Meirelles: aprendeu muito pouco



José Bonifácio: como há 150 anos

Dúvidas internas — Os aplausos entusiasmados ao discurso do ministro não são suficientes, todavia, para apagar as dúvidas que permaneceram depois do encontro de Brasília, e que seguramente não são apenas dos delegados brasileiros. A agitada delegada mexicana, que trouxe um toque de anarquismo a uma reunião bem comportada, tinha suas razões quando afirmava que o congresso foi basicamente "de governos, cada um procurando, antes de mais nada, exibir a justeza de sua política indigenista e seu elevado teor humanitário".

Embora suas previsões talvez pequem pelo excesso de pessimismo — "o resultado desse palavreado todo será uma ata final, a sétima, que não será cumprida como não o foram as seis outras anteriores" —, é pouco provável que o mais antigo brasileiro — ou o mais antigo americano — tenha saído mais forte ou mais feliz da reunião de Brasília.

Analisadas friamente, as recomendações do congresso — incluído no calendário das comemorações do Sesquicentenário — não parecem muito mais avançadas do que as que foram emitidas por José Bonifácio de Andrada e Silva, um ano após a Independência, nos seus "Apontamentos para a Civilização dos Índios do Brasil". Neles, José Bonifácio via índios e brancos como seres humanos igualmente imperfeitos e responsabilizava os dois pela lentidão ou fracasso dos métodos de aproximação.

Sua posição de crítico do que até então fizera o colonizador português era naturalmente mais cômoda do que a dos brasileiros de hoje, sob o fogo cerrado das críticas exageradas feitas no exterior. Entre a discussão ampla e o silêncio, a Funai optou pela segunda saída. E tão paradoxalmente como o colonizador, que escravizava o índio e tinha medo dele, a Funai, atualmente, parece ter um certo

PJ. 3

receio dos índios, ou pelo menos de falar neles.

A boa política — “A política indigenista brasileira é humana e boa”, dizia no começo da semana Chico Meirelles. Como exemplo, citava a assistência médica que eliminou algumas doenças que dizimaram realmente milhares de índios, como o sarampo ou a tuberculose. Todos os especialistas no assunto, no Brasil, concordam também que a Funai conseguiu superar definitivamente os costumes atritos entre missionários religiosos e sertanistas. Os missionários levavam aos índios problemas morais e dúvidas religiosas que somente confundiam suas idéias. Os sertanistas, no outro extremo, “soltavam” o índio em demasia, dificultando uma aproximação com os brancos, mesmo gradativa.

Mas ao invés de contra-atacar com dados precisos as críticas feitas ao seu difícil “apostolado”, os responsáveis pela política indigenista no Brasil parecem preferir respostas emocionais e pouco fundamentadas para investidas também emocionais e muitas vezes sem nenhum fundamento. E a tendência natural é negar obstinadamente a existência de problemas (o general Bandeira de Melo, considerado por quase todos os congressistas ouvidos por VEJA como “muito bem informado em questões indigenistas”, admitiu em reuniões reservadas que o governo brasileiro tem encontrado certas dificuldades, mas que não são graves).

Uma estratégia discutível, sem dúvida. A Funai, impedindo que se falem algumas pequenas verdades no Brasil, de certa maneira estimula as grandes mentiras difundidas na Europa e nos Estados Unidos.

Sua situação parece ser tão contraditória como a do índio americano que um dia ia ao Itamaraty de cocar de penas, e no outro de terno e gravata. Órgão governamental destinado a proteger os índios contra os interesses da chamada sociedade nacional que porventura lhes sejam prejudiciais, a Funai é ao mesmo tempo encarregada de promover uma cuidadosa integração do índio nessa sociedade. Além disso, lembram alguns antropólogos, o índio, para alguns interesses nacionais, os econômicos, muitas vezes significa um obstáculo que precisa ser superado rapidamente.

Essa ambigüidade exige da Funai a habilidade de um solitário jogador de xadrez para dispor convenientemente suas peças de modo que as brancas não sufoquem as pretas. Felizmente o tabuleiro é grande e mesmo os analistas mais pessimistas admitem que há lugar para todos — as populações indígenas estão rarefeitas e perambulam por áreas imensas —, bastando apenas um pouco de bom senso para evitar que os índios sofram seu definitivo xeque-mate.